

## A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA HISTÓRICA DE TRANSFORMAÇÃO NACIONAL

Cleidiane Vitória Santana e Dielson Santos da Costa

*Universidade Federal da Bahia e Unicristã (cleidianeavoria@outlook.com; dielsonsc\_05@hotmail.com)*

### **RESUMO:**

O presente trabalho procura discorrer sobre como a educação foi utilizada como ferramenta histórica de transformação nacional, aplicando a análise dos principais movimentos de alteração educacionais ocorridos desde o Brasil-Colônia até o período da Ditadura Militar. No intuito de mostrar que os objetivos práticos buscados, na verdade, sempre foi o mascaramento da educação, afim de executar a manutenção do poder. Para tal, retomamos a análise dos métodos jesuíticos na catequização dos nativos, caracterizando-se como o primeiro aspecto educacional brasileiro, as reformas pombalinas que “tentaram” introduzir novas medidas em território nacional, mas sem nenhum tipo de interesse no desenvolvimento indígena, que apenas “solucionaria” as necessidades da coroa lusitana; as medidas joaninas, principalmente no Ensino Superior, afim de atender as novas demandas, provenientes da vinda da Família Real ao Brasil e as intervenções na República Velha que propunha “abrir” caminho para o processo de industrialização brasileiro. Apresenta ainda as concepções da Escola Nova, das intervenções ocorridos na Era Vargas, que desenvolveu o Ministério da Educação e Saúde e por fim, do Militarismo que interviu diretamente nas liberdades civis. Por fim há uma conversação com as principais ideias de Paul Ricoeur, Paulo Freire e Demerval Saviani, enfatizando a educação como instrumento ainda eficaz de transformação nacional, não como um objeto de manipulação, mas, antes como uma ferramenta libertadora. Em vista, desta concepção apresentamos breves intervenções que devido a sua aplicabilidade imediata, teriam resultados a curto e médio prazo. Entretanto, é necessário compreender que as mais variadas temáticas educacionais, não se encerram com medidas político-educacionais, mas, antes consideramos a educação um “padrão” que está em constante movimento, e, portanto, é “passível” de aplicabilidades diferenciadas para cada situação.

**Palavras-chave:** Educação, História, Transformação, Social, Nacional.

**Introdução:** O objetivo deste trabalho é apresentar a educação como ferramenta de transformação nacional em seus mais diferentes aspectos. Ao longo deste artigo buscaremos reunir perspectivas que estão sendo ou foram implantadas ao longo da história da educação brasileira. Evidentemente este assunto é amplamente discutível no meio acadêmico. No entanto, o presente artigo apresentará a influência histórica desta discussão e o modo pelo qual, tal abordagem teria papel preponderante na sociedade contemporânea. Entre os teóricos que abordaram a educação como ferramenta de transformação social estão Freire (1975) e Saviani (1983). Deste modo, em nossa primeira seção trataremos os aspectos históricos da educação brasileira e de que modo estes alteraram o curso da sociedade desde o período colonial até o fim da ditadura militar, tendo em vista que nosso objetivo é identificar as alterações que tais medidas provocaram na sociedade, trataremos a temática até o período da Ditadura Militar, compreendendo que o intervalo pós Constituição Brasileira de 1988 é bastante contemporâneo para uma análise histórica apurada. A seguir, na segunda seção apresentaremos as “ideias” dos principais teóricos que abordaram

esta temática por fim apresentaremos alguns aspectos que poderiam ser desenvolvidos na educação/política brasileira.

**Abordagem metodológica:** Afim, de estruturar nossa discussão utilizaremos uma bibliografia pautada principalmente nos teóricos Demerval Saviani, Paulo Freire e Paul Ricouer. Contudo, deslocaremos também nossa visão para os aspectos históricos brasileiros apresentados nas obras de Sérgio Buarque de Hollanda, Raymundo Faoro e Manoel Maurício de Albuquerque. A nossa abordagem metodológica terá como base essencial a bibliografia, até mesmo no que se refere aos resultados práticos das teorias citadas ou de políticas públicas educacionais apresentadas.

#### 1. Aspectos históricos da educação brasileira

Durante a formulação de propostas educacionais, é preciso que se conheça a história, afim de que erros não sejam repetidos e a criação metodológica note também os resultados dos trabalhos já desenvolvidos, afim de um amadurecimento de ideias já existentes. Portanto, apresentaremos os principais momentos históricos da educação brasileira e breves resultados provenientes de intervenções pedagógicas/políticas.

##### 1.1 - A educação no Brasil-Colônia

Durante o período colonial brasileiro, o país foi gerido por um estilo medieval europeu de uma cultura estritamente ligada a figura jesuítica. Toda a organização social implantada por Portugal era extremamente latifundiária e aristocrata, sendo completamente desnecessária uma sociedade letrada. Conseqüentemente, a educação inserida deveria ser absolutamente espiritual e desligada de um desenvolvimento individual do cognitivo e do poder de crítica por parte das camadas sociais. A educação jesuítica pautava-se em recrutar fieis e servidores além do objetivo de manter os nativos passivos aos senhores lusitanos. A pedagogia jesuítica era conhecida como a *Ratio Studiorum* que era uma espécie de coletâneas, baseadas em experiências no Colégio Romano, seu objetivo era unificar os ensinamentos pedagógicos jesuíticos e sistematizar as 467 regras da Companhia de Jesus, dentre elas estava a recomendação de jamais haver um distanciamento dos ensinamentos Aristotélicos e de São Tomás de Aquino, era pautada na disciplina e sistematização do ensino. Neste ponto da história do Brasil, a educação básica era voltada para os indígenas e filhos dos colonizadores. A educação média era destinada aos indivíduos do sexo masculino que possuíssem recursos e o ensino superior em território nacional era privilégio dos filhos de colonos que desejassem ingressar no sacerdócio católico; aqueles que desejassem estudar em outra área

de ensino deveriam fazê-lo na Europa. Ou seja, não existia nenhuma preocupação no desenvolvimento do conhecimento dos nativos, mas apenas um “interesse” da manutenção do poder e estrutura social. Deste modo, o sistema educacional colonial excluía o povo e priorizava as elites lusitanas em território nacional. No ano de 1760, o Marquês de Pombal expulsa os Jesuítas do Brasil e promove ainda a extinção da escravidão indígena, a criação do cargo de diretor de estudos, aulas de gramática latina, retórica e grego, a promoção de concursos para escolha de professores e a instituição das aulas de comércio. Por fim, Pombal tentou pôr fim ao exercício do método educacional jesuítico. Mas, a influência Jesuítica foi tão intensa que mesmo após sua expulsão, as consequências de seu “método educacional” mantiveram-se “vivos” no território brasileiro. Sobretudo, por que este reforçava o sistema político e econômico colonial. A educação continuou sistematizada, religiosa, voltado para as elites e extremamente disciplinar, os indivíduos ainda eram medidos pela quantidade de terras, número de servos (escravos) e títulos recebidos dos colégios católicos.

Entre os séculos XVI e XVII a coroa portuguesa promovia a circulação da magistratura letrada. Muitos destes juízes e desembargadores eram enviados ou promovidos para os domínios ultramar lusitanos. Esta era uma maneira mais rápida de ascender na carreira, tendo em vista que muitos que participaram na construção direta das colônias foram mais rapidamente nomeados desembargadores do que aqueles que permaneceram em território português. No período de 1690 e 1760 apenas 16 dos 54 desembargadores promovidos na Bahia, tinham nascido no Brasil. O que era um contraponto as atividades dos espanhóis em suas colônias. A Espanha por exemplo, construiu universidades em suas colônias, e os “crioulos” correspondiam a quase 70% dos ministros nas mais diversas audiências. Após, as reformas pombalinas, houve um aumento da população nascida no Brasil com curso superior, em sua maior parte em Direito, mesmo assim estes eram representantes da elite, tendo em vista que era assaz custoso viajar para Portugal e estudar na Universidade de Coimbra. Neste interim, é importante destacar que esta circulação Brasil-Portugal com a intenção acadêmica, manteve-se em alta até meados de 1822.

Como pode-se notar as elites nacionais eram formadas essencialmente por Portugueses, ou seja, a direção do Brasil não era lusitana apenas por pertencer a coroa portuguesa, mas também por que essa dominação também existia nas mais diversas camadas nacionais. Portanto, o poder de influência e de poder lusitano em território brasileiro era bastante acentuado e a educação era preponderante para este fim.

Em outras palavras, a coroa portuguesa dependia do Brasil e as novas instituições dependiam dos lusitanos que aqui residiam. Em regra, a maneira da coroa portuguesa conduzir a liderança de sua colônia não foi detalhadamente planejada, evidentemente muitos dos postos assumidos por lusitanos ocorriam por necessidade, por promoções, troca de favores ou interesses das elites e não por que anteriormente tenham sido analisadas afim de um melhor desenvolvimento colonial, muito pelo contrário, a metrópole explorava sua colônia e poucas medidas “evolutivas” educacionais foram tomadas até 1808. Em meio a todo este cenário, grande parte da população nacional era composta por escravos e mestiços que compunham a classe baixa e intermediária (respectivamente) do Brasil. Os mestiços correspondiam a classe intermediária, principalmente por que alguns deles eram o resultado de relacionamento entre portugueses e escravas e por este motivo, em sua maioria tinham o direito à liberdade e passavam a serem representantes nas casas de Santo Ofício, em meio ao Clero, militares ou faziam parte das casas cartoriais, mesmo em sua maioria não possuindo acesso à educação básica. Em uma última análise, pode-se destacar que o Brasil colonial era uma região de extremos sociais. Nos primeiros 100 anos, destacava-se um domínio dos conquistadores, essencialmente português e do clero jesuítico, tendo do outro lado da pirâmide social os indígenas. Entre os 1600 e 1800 temos uma dinamização social brasileira que acentuava o domínio dos conquistadores (entre 1600 e 1700), donos de terra, negociantes e do clero religioso. A base destas era formada por escravos, mestiços, indígenas e poucos imigrantes de outras nações. Notavelmente, as diferenças sociais permearam ou acentuaram-se sobretudo, pela colônia não possuir um sistema educacional voltado para os interesses nacionais, o que obviamente era interessante para a metrópole.

## 1.2 - 1808 e a Reforma do Ensino Superior

Embora, os objetivos de D. João VI em sua passagem pelo Brasil não era o desenvolvimento educacional brasileiro. Mas, antes atender a demanda lusitana que desembarcou com ele nas terras brasileiras. Há de se considerar, que sua estadia por aqui, ao menos permitiu a abertura de algumas instituições de ensino, como a criação da: Academia Real Militar, Academia Real da Marinha, e dos cursos na Área de Medicina e Direito. Além disso, inaugurou a Biblioteca Pública e a Imprensa Régia que muitos contribuíram para o desenvolvimento educacional nesta época. No entanto, o monarca lusitano não atendeu a demanda da educação básica, claramente muito mais preocupado em preencher os quadros administrativos, não investiu no ensino primário e grande parte da

população permaneceu analfabeta. Em 1834, D. João VI assina o Ato Institucional que descentralizava a responsabilidade educacional, transferindo para cada província o dever de legislar o ensino primário e médio e ao poder central o direito de executar medidas no ensino superior. Por conta, da grande necessidade de magistrados, houve uma busca imediata pelo curso de Direito, o que acabou inclinando as regiões de Recife e São Paulo (onde estavam as duas Universidades de Direito) a alterarem seu currículo do ensino médio para atenderem a demanda de indivíduos que posteriormente ingressariam na carreira da magistratura. Outra característica interessante, era que o ensino profissionalizante praticamente não existia, isto se explica pelo fato da mão de obra ainda ser basicamente escrava, a quem (para os lusitanos) não cabia a educação. Devido ao péssimo sistema tributário, as províncias não conseguiram administrar o ensino médio, o que permitiu a ampliação das instituições privadas de ensino, mantendo ainda mais acentuada uma educação elitista. É destacável ainda que neste período, falar bem era muito mais interessante do que ser criativo e os adolescentes sofriam desde cedo a “pressão” de se tornarem homens cultos afim de representarem suas famílias e perpetuarem a “administração”.

### 1.3 – A educação na República Velha

Os anos iniciais da república foram caracterizadas por algumas propostas na área da educação. Benjamin Constant propôs uma reforma de inclusão de disciplinas científicas e uma melhor organização dos sistemas educacionais. No entanto, por ausência de apoio suas ideias nunca foram postas em prática. Em 1901, Epiácio Pessoa inclui a lógica e exclui a biologia, sociologia e moral do currículo escolar. Em 1911 ocorre a Reforma Rivadavia que excluía o diploma, atribuindo um certificado de aproveitamento para o concluinte. Além disso, a proposta da Reforma Rivadavia foi implantar no ensino secundário o objetivo de apenas formar o cidadão e não o preparar para o nível seguinte (ensino superior). No entanto, a Rivadavia fracassou e teve que sofrer novas alterações em 1915 e 1925. Tanto a Rivadavia quanto a reforma proposta por Benjamin Constant eram resultados de discussões filosóficas, principalmente positivista. As reformas pedagógicas ocorridas até então não haviam sanado a maioria dos problemas decorrentes do período imperial e havia criado novas situações. A República foi uma revolução que não teve o pensamento de realizar transformações radicais no sistema de ensino. Houve uma ampliação no ensino secundário entre as escolas particulares, e uma diminuição nas matrículas da educação pública. As elites faziam questão de incentivar o ensino privado, seus filhos compunham o quadro



discente destas escolas e o objetivo era formá-los para serem os novos administradores. De modo geral, os governos do período da República Velha não se interessavam na ampliação do ensino médio, pois a economia não exigia tal mão de obra. Na década de 20, ocorreu a crise em meio as oligarquias, devido ao movimento industrializador e o declínio do modelo agrário. A classe “industrializadora”, a quem podemos chamar de “burgueses dos anos vinte”, passam a serem figuras importantes no cenário político brasileiro. Alguns movimentos iniciam um período de alterações significativas no cenário nacional, podemos citar: O Tenentismo, A Semana de Arte Moderna, a formação do Partido Comunista, a ascensão do Escolanovismo e a Revolução de 30.

#### 1.4 – A educação na Era Vargas

Após a Revolução de 30 e o advento de Getúlio Vargas ao poder, “quebrando” todo o período da política do café-com-leite e do domínio militar. Apresenta-se no cunho pedagógico, a Escola Nova. Este movimento possuía diversos educadores que denunciavam os problemas da educação brasileira, proveniente da Europa, esse movimento defendia o ensino leigo, gratuito e obrigatório e “exigiam” sobretudo a “presença” do Estado na administração educacional, além do papel da educação na reconstrução nacional. Em posição contrária a Escola Nova estava o pensamento conservador católico, que defendia a educação em separado, de modo diferenciado para cada sexo. Em 1930, é criado o Ministério da Educação e Saúde, que dentre as primeiras medidas estava a organização do ensino secundário e universitário, implantando a frequência obrigatória e a exigência de habilitação (notas suficientes) para ingressar no ensino superior. Foram criados alguns órgãos como o conselho universitário, reitoria e diretoria nas escolas. Por conta, da situação política confusa, Getúlio Vargas evitou algumas alterações mais profundas, o que gerou insatisfações entre os educadores da Escola Nova. O período entre 1931 e 1937 foi marcado por uma série de congressos para a discussão sobre qual o melhor método a ser implantado no Brasil, de um lado a Escola Nova e de outro os Conservadores Católicos, representantes das principais escolas privadas.

A Constituição de 34 atribuiu a União a responsabilidade de traçar todas as diretrizes educacionais. Foram criados então os Conselhos Nacionais e Estaduais de Educação. Além da obrigatoriedade do ensino primário e da abertura de bolsas de estudos no ensino privado. Neste interim, passam a destacar-se Fernando de Azevedo e

Anísio Teixeira, estes trouxeram técnicas pedagógicas norte-americanas para o ensino nacional, principalmente a filosofia educacional de John Dewey. Embora, tenham denunciado a situação da educação brasileira e desenvolvido novas propostas, foram criticados por não considerarem que o cenário brasileiro era bem diferente dos Estados Unidos de John Dewey. No período conhecido como Estado Novo (a partir de 1937), época ditatorial do governo Vargas aumentaram-se as verbas destinadas à Educação. Foram criados órgãos como o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e o Instituto Nacional do Cinema Educativo. Devido ao crescimento da industrialização, houve a necessidade de uma melhor formação para a classe operária, deste modo foi desenvolvido o SENAI em 1942 e do SENAC em 1946. Em todo o período dos anos 40 é perceptível uma maior dedicação ao ensino primário e secundário do que ao ensino superior. Uma reforma profunda neste quesito inicia-se apenas em 1948 por intermédio do Ministro da Educação, Clemente Mariani. No entanto, claramente nota-se que o objetivo destas intervenções era atender as demandas industriais nacionais, o número de analfabetos ainda era significativo em território nacional.

#### 1.5 – A educação nos pós Vargas e no período da Ditadura Militar

No ano de 1961 foi aprovada a Lei 4024 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. As camadas pedagógicas dos anos 60, voltaram-se a educação popular, que tinha como principal objetivo levar ao povo o teatro, o cinema, as artes plásticas, além de buscar alfabetizar as crianças e incentivar a participação adulta na vida política. Após o golpe militar de 64, a educação sofreu inúmeros problemas econômicos e políticos. Um deles foi um excedente de matrículas no Ensino Superior, além do que as Universidades poderiam comportar, pois os aprovados seriam todos que tivessem retirado a nota mínima no vestibular. O início do período militar foi marcado por manifestações de estudantes aprovados nas Universidades, mas, que não poderiam cursar por não serem os primeiros a fazerem a matrícula. Como “solução” o governo militar realizou uma série de acordos com AID (Agency for International Development), que tinham como objetivo auxílio econômico à Educação. Enquanto, a classe média reivindicava suas vagas no Ensino Superior, a classe operária exigia o ensino médio para seus filhos, afim de preencher as vagas industriais. Após o fracasso dos acordos técnicos com a AID, o governo organizou a Comissão Meira Matos em 1967, com a intenção de desenvolver um novo projeto para a educação. Em meio a diversos embates entre estudantes e o governo militar, uma série de leis

foram estabelecidas afim de reprimirem as manifestações. O decreto-lei 477/69 impedia professores e alunos de terem qualquer tipo de manifestação política. O decreto-lei 574/69 proibia a redução das vagas nas Universidades e as leis 5540/68 e a 5692/71 alteraram o ensino universitário e do fundamental e médio respectivamente. Todas essas medidas foram tomadas sem consultar os profissionais envolvidos e baseavam-se principalmente na estrutura universitária americana, criando dois níveis de pós-graduação (mestrado e doutorado), matrículas por matérias, unidades de ensino e pesquisa (instituições internas de pesquisa nas universidades), a obrigatoriedade da frequência para o corpo docente e discente, há também o início do regime integral e de dedicação exclusiva entre os professores universitários. Embora, muitas dessas medidas podem ser consideradas positivas, causaram inúmeros problemas em sua implantação, o Brasil utilizava os Estados Unidos como modelo, tornando-se dependente economicamente e ideologicamente dos americanos. Além disso, essas implantações poderiam ter tido maior sucesso e eficácia, caso os envolvidos fossem ouvidos.

## 2. – A educação como ferramenta de transformação nacional

De acordo com a teoria liberal, a chave para o progresso social é a educação, considerando que o aumento da produção no trabalho está diretamente ligado a uma melhor educação, ou seja, mais educação, mais produtividade e conseqüentemente mais lucro para investir no sistema educacional. Diante desta concepção, os méritos sociais estão ligados à sua produtividade. O aluno com maior desempenho, conquistará maior prestígio e posteriormente terá as melhores posições sociais. Para a teoria liberal, essa lógica é democrática e a competitividade é sadia para o desenvolvimento nacional. Onde cada indivíduo irá chegar, dependerá inteiramente dele diante das opções que estão à sua frente. Embora, a teoria liberal aborde uma educação com um objetivo extremamente voltado a produtividade e eficácia. Deparamo-nos com elevados índices de analfabetismo e falta de empregos em diversos países capitalistas subdesenvolvidos que “adotam” essa perspectiva. Nestes, a industrialização destacou ainda mais o papel da educação como agente transformador da sociedade. Diante deste contexto, as alterações no sistema educacional tiveram uma orientação afim de evitar o desperdício, destacando o acompanhamento do investimento voltado à Educação e alteração do cenário de precariedade educacional, sem deixar de lado o viés liberal, ora apresentado. Países como Brasil, Chile ou México tem em suas pautas de discussão parlamentar ou popular, a melhora do sistema educacional. Institutos internacionais como a UNESCO, mantém seus esforços em acompanhar os custos da educação e



eficácia dos projetos de alguns países em desenvolvimento. Mas, destacamos que as inúmeras propostas, dos mais variados teóricos fornece uma fundamentação lógica, passível de aplicabilidade a cada objetivo político nacional que esteja em evidência no âmbito social, o que pode modificar completamente o resultado final sugerido pelo teórico. Para os socialistas, a educação deve ser alterada a partir da mobilização social. Para os reformadores capitalistas, é preciso alterar a organização das escolas. As escolas são muito mais que organizações educacionais, elas são ainda entidades administrativas, econômicas e políticas. Não podem em hipótese alguma ser dissociadas dos aspectos sociais que a rodeia, seja afim dela ser instrumento de transformação, seja para a transformação desta. Durante todos os períodos históricos apresentados a escola foi reelaborada, sempre alterando o discurso e a estrutura posta anteriormente, nota-se que ela é movimentada culturalmente, por diversas vezes. Como se a escola fosse uma grande máquina de “produzir gente”, capaz de alterar a sociedade e inserir os indivíduos no ambiente social, é bem verdade que há um fundo de realidade nesta concepção, mas o interessante seria se esta não fosse uma forma de uma classe de poder manobrar ao seu bel-prazer. Mas se de fato, a educação fosse apenas um instrumento de transformação social, para o bem nacional e não somente para os interesses momentâneos de classes políticas, ideológicas ou econômicas. Destacamos ainda, a “diferença” de “educações” que são disponibilizadas, a distinção na instrução acaba privilegiando uma camada em detrimento de outra.

Ricoeur (1968), discute alternativas para as crises universitárias francesas, para o filósofo o problema resumia-se a um conflito que ocorria entre professores e alunos, afim de identificar a resposta para o seguinte questionamento: Quem deveria exercer autoridade nas Universidades, os professores ou os alunos? Para muitos atualmente, a resposta parece óbvia, mas a discussão ocorria principalmente por que os discentes faziam parte das comissões que resolviam a maior parte dos problemas das Universidades e exigiam melhores condições por serem os “financiadores” dos cursos prestados. Ricoeur, sugeriu então uma nova relação entre professores e alunos e que ambos participassem das comissões, além de “convencer” o corpo discente da importância de uma boa relação com os professores. O teórico, considerou então diante desta e de outras experiências que as lutas sociais ocorrem de maneiras “micros”, antes de serem lutas por poder em aspectos mais amplos da sociedade, ou seja, antes de existirem lados opostos em uma discussão ideológica/política, existem pequenos núcleos onde há disputa de interesses que precisam ser sanados. Para sanar as questões educacionais de maior abrangência, era preciso também resolver os pequenos problemas

que afetavam as universidades francesas de sua época. Para ele, a nova relação na universidade citada, levaria modificações significativas de cultura em um sentido social mais amplo. No quesito ideológico de mudanças educacionais, Ricoeur considerava que era necessário que os professores possuíssem experiência comprovada, além disso era preciso haver liberdade no ensinar, a expressividade deveria ser explorada e o professor deveria ter total liberdade na concepção do currículo.

Para Freire (1975) a mudança social não é um problema de reestruturação organizacional. Antes de tudo, era preciso haver uma transformação dos valores. Paulo Freire, ansiava que o processo de produção cultural fosse “dirigida” pelas classes dominadas. Por este motivo, “saiu” das escolas convencionais e liderando um movimento de mobilização política, tinha como objetivo a alteração no processo de produção. A sua ideologia era chamada de dialética da consciência histórica, que visava a conscientização do “ser” histórico que o indivíduo foi “concebido” para leva-lo há um novo conjunto de valores. Para ele, a consciência do ponto em que está e a introdução de onde deseja-se atingir, gera a contradição, que por sua vez irá ser instrumento transformador primeiro do indivíduo e posteriormente do contexto ao seu redor. Para muitos críticos, Freire atem-se a questões subjetivas do ser em detrimento a situações objetivas, baseando-se no desejo moral do educando de identificar a injustiça ao seu redor. A mudança é uma transição para novos valores, mas não há a especificação de quem desenvolve estes novos valores, quais são seus interesses e ideologias. Para o próprio Freire, seu erro estava em acreditar que descobrir a realidade em que está inserido já era começar a muda-lo, compreendeu posteriormente então, que há dois momentos no processo educacional: conhecer a realidade e mudar a realidade.

Para Saviani (1985) o Estado nunca quis resolver o problema educacional brasileiro, exatamente por que compreende que tais benéficas alterações para algumas camadas, seriam uma ameaça para sua manutenção do poder, ele completa afirmando que as elites forjam a educação para mascarar o saber e ignorar a participação do povo, portanto, para Saviani as alterações educacionais perpassariam essencialmente por questões político sociais, tendo em vista que para este o objetivo da elite é assegurar as virtudes para dirigir e para as massas o direito de apenas continuarem sendo massas. Para ele, a educação destina-se à promoção do homem, deste modo é preciso que o desenvolvimento considere o indivíduo como preocupação central.

### 3. - Conclusão

Diante de todo o cenário teórico e histórico apresentado, claramente notamos a homogeneidade a respeito da importância da educação no processo de transformação social, ora sendo utilizada pelas elites afim de se manterem no poder e perpetuarem suas ideologias, ora sendo instrumento de discussão das massas e de teóricos diversos, com o complexo objetivo de torna-la uma mediadora da transformação social. No entanto, depois dos mais variados projetos educacionais no Brasil, ainda há muito que se alterar e a precariedade no sistema educacional ainda é tema de pauta do Ministério da Educação e das camadas sociais. É necessário que as alterações tão fundamentais no sistema educacional brasileiro sejam amplamente discutidas por quem “faz” a educação no Brasil, só deste modo poderíamos começar a conceber uma educação capaz de ser instrumento de transformação social de maneira mais ampla e não apenas localizada em alguns núcleos, levado a cabo por alguns dos excelentes profissionais que a área da educação possui. Portanto, é importante que as alterações ocorram também nas figuras que as iniciam. Desde o governo Sarney até Temer, tivemos 19 ministros da educação, sendo apenas 9 educadores (ou que trabalharam diretamente com educação), no Japão, que segundo a Organização das Nações Unidas, possui um dos dez sistemas educacionais mais efetivos do mundo, quatro dos últimos cinco ministros eram educadores. Há quem diga que para tal cargo é necessário um “bom trânsito” político, mas não seria importante haver conhecimento de causa? Ou pelo menos, existir uma junta educacional que o auxiliasse nas principais decisões? No entanto, compreendemos que ter um educador ou educadores na direção do sistema educacional não seria o suficiente para uma melhor condução da educação, essa é uma discussão ampla que seria impossível encerrar, mas sem dúvida alguma é necessário rever todo o sistema, não apenas seu sentido estrutural, mas também ideológico, permitindo, por exemplo, uma melhor estruturação curricular, afim da existência de uma maior liberdade do ensino, sem “desprender-se” dos conteúdos. Além disso, é necessária a capacitação profissional mais efetiva, a exigência da participação dos professores em “reciclagens”, uma melhor fiscalização nas instituições de ensino (em todos os níveis), maiores investimentos e desenvolvimento de uma melhor relação escola-comunidade-família. Com estas e outras medidas, a educação poderá cumprir seu objetivo cabal de ser um instrumento de transformação nacional e não mais um “dispositivo” de manipulação das massas.

## Referências

- ALBUQUERQUE, Manoel Maurício. Pequena história da formação social brasileira. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006. 728 p. v. 1.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. Brasil/Portugal: História, agenda para o milênio. 1ª. ed. São Paulo: FAPESP, 2001. 635 p. v. 1.
- FAORO, Raymundo. Os donos do Poder . 9ª. ed. São Paulo: Globo, 2012. 944 p. v. 1.
- FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 10ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 158 p. v. 1.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de . História Geral da Civilização Brasileira . 17ª. ed. São Paulo: Bertrand do Brasil, 2011. 3480 p. Tomo. 1.
- MAURO, Frédéric. Nova história e novo mundo : Do Brasil à América. 1ª. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1969. 276 p. v. 1.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Internacional de Avaliação de Alunos. Brasília, 02 abr. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/33571>. Acesso em: 10 de Abril de 2017
- MINISTRY OF EDUCATION, CULTURE, SPORTS, SCIENCE AND TECHNOLOGY OF JAPAN. Diretrizes para a melhoria das escolas. Tóquio, 05 abr. 2015. Disponível em: [http://www.mext.go.jp/component/a\\_menu/education/detail/\\_icsFiles/afieldfile/2015/08/31/1297093\\_4.pdf](http://www.mext.go.jp/component/a_menu/education/detail/_icsFiles/afieldfile/2015/08/31/1297093_4.pdf). Acesso em: 01 de Julho de 2017.
- NOVAIS, Fernando. Aproximações, estudos de história e historiografia . 1ª. ed. São Paulo: CosacNaify, 2005. 438 p. v. 1.
- \_\_\_\_\_, Fernando. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 2011. 418 p. v.1.
- RICOUER, P. Reforme et Révolution Dans Université. 1ª ed. Paris: Esprit, Serie Nouvelle. 1968. 1002 p. v. 15.
- SAVIANI, D. Escola e Democracia. 1ª ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados. 1983, 348 p. v.1
- SCHWARTZ, S. A América Latina na época colonial. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record. 2002, 420 p. v. 1